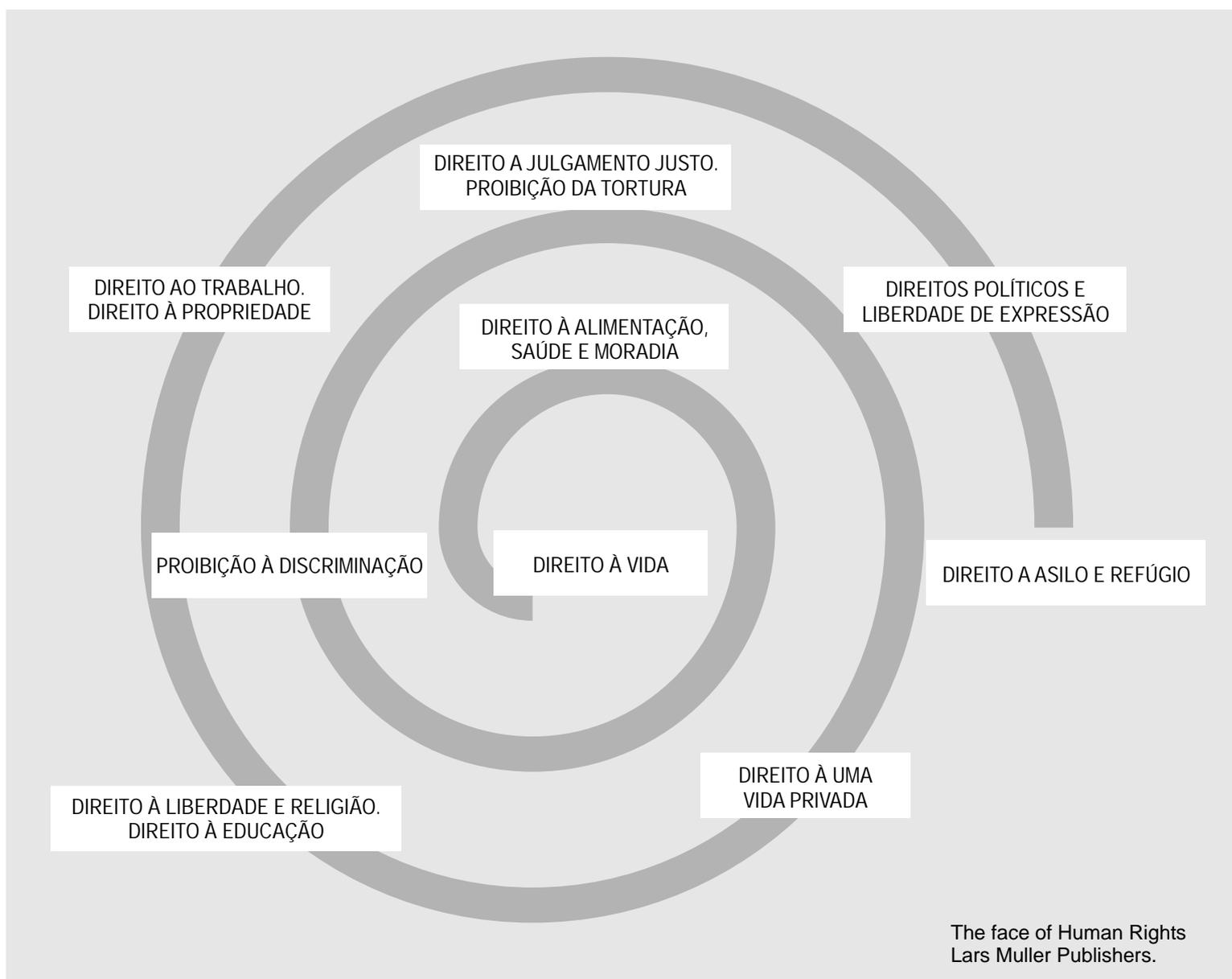




**COMISSÃO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS**

# **RELATÓRIO 2007**





## DIREITOS HUMANOS

“Educar para os direitos humanos é estimular nas pessoas a noção de responsabilidade pelos outros, o que traz consigo a pretensão de respeito por parte de todos. Cada um de nós, portanto, tem um papel a desempenhar na criação de uma sociedade pautada no respeito e no cuidado com nossos semelhantes. Esquecer é permitir. Lembrar é combater”.

**José Gregori**



# MINHA INSÓLITA METRÓPOLIS

Paulo Bonfim

Minha insólita metrópole, capital de todos absurdos!  
Música eletrônica em fundo de serenata, paisagem cubista  
com incrustações primitivas, poema concreto envolto em  
trovas caboclas.

Cidade Feita de cidades, bairros proclamando  
independência, ruas falando dialetos, homens com  
urgência de viver.

Oceano feito de ilhas. Ilhas chegando, ilhas  
sangrando, ilhas florindo.

Os céus cansados de concreto que arranha. Cresce  
o mar das periferias.

No barco dos barracos navega um sonho. No fundo  
de cada um dos cidadãos do mundo, dorme a província.

Ali a velha igreja com seu campanário esperando a  
mantilha da noite.

Anúncios luminosos piscam obsessões. O asfalto é  
irmandade de credos.

No centro, todos os vícios e todas as virtudes  
convivem nas esquinas de São Paulo.

Os domingos são quadrados. Cabem dentro das  
telas e cinema, dos aparelhos de televisão, das páginas do  
jornal, do campo de futebol.

O metrô é mergulho no inconsciente urbano. Nele o  
mesmo silêncio dos elevadores.

Convívio dos sonâmbulos de antípodas da fila de  
ônibus e do trem de subúrbio onde há tempo para o cansaço  
florir num sorriso.

Aqui é verde é esperança cobrindo o frio de existir.

Teatros e balé da multidão, museus contemplando o  
quadro dos que se agitam, orquestras e a sinfonia de uma  
época em marcha. Nestes tempos modernos.

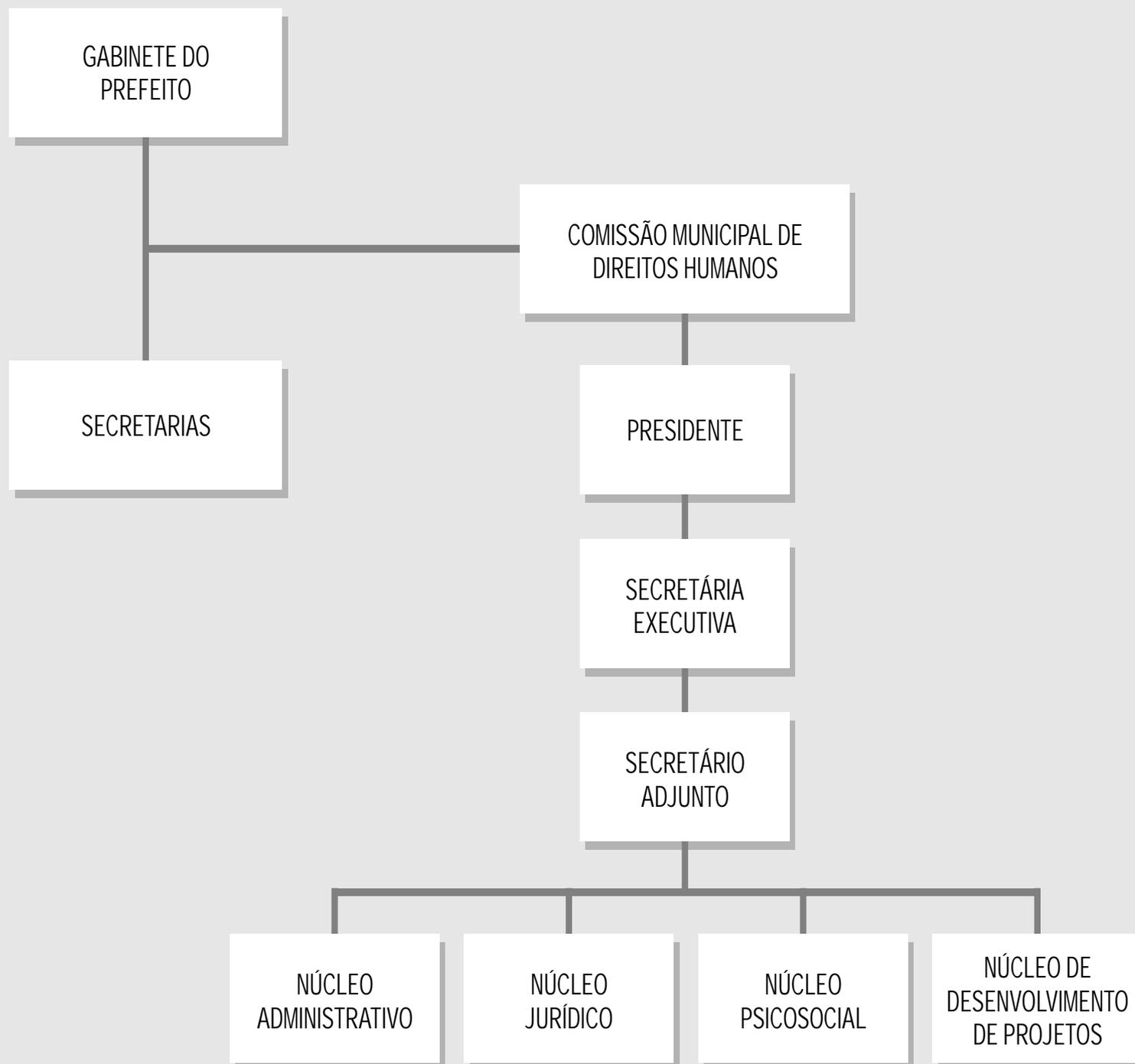
Carlito operário ou estudante, comerciário ou  
burocrata, é técnico em sobreviver.

Planalto dos desencontros, portos dos aflitos, rosa  
dos eventos onde até o futuro tem pressa de chegar.

Mal – amada cidade de São Paulo. EU TE AMO!

*(Texto original; MINHA INSÓLITA METRÓPOLE/Década de 70)*

# Organograma da CMDH





## **COMISSÃO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS**

A Comissão Municipal de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo assumiu a responsabilidade da proteção e a preocupação com os compromissos fundamentais da dignidade humana na área municipal. Adotando este enfoque acredita numa real possibilidade de transformação e mobilização social.



## **MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS**

Vencida nossa etapa de consolidação em 2006 o ano de 2007 foi um período em que desenvolvemos nossas atividades em nível e velocidade crescentes.

Nosso balcão de atendimento contabilizou um aumento sensível de atendimentos, nossa proteção à criança e adolescente beneficiou programas de políticas públicas de inserção social, além disso, realizamos o Primeiro Festival de Curtas-Metragens que recebeu mais de 400 filmes e pusemos para funcionar um Telecentro que já realizou vários cursos, com público bastante variado como: ex-sentenciados, moradores em situação de rua.

E, continua, em pleno vigor, nosso convênio que abrange os condenados a penas alternativas, oferecendo trabalhos sociais e fiscalização.

O SIM-DH monitora a situação dos Direitos Humanos nas subprefeituras da capital ganhou um Seminário Internacional de Indicadores em Direitos Humanos que consolidou nosso sistema, que acompanha o desempenho de trinta e dois tipos de Direitos Humanos.

Terminamos o ano anunciando um curso de Conselheiros em Direitos Humanos à distância, pela internet, que deverá abranger, especialmente, o universo de funcionários municipais interessados. Esses marcos práticos mostram que continuamos fiéis a nossa concepção de que os Direitos Humanos devem ser algo de prático que impregna o cotidiano modificando-o para atingir um dia a excelência de alguns poucos países europeus.

Por fim, um registro: prosseguiu a prática da convivência com todos os parceiros que juntam seus esforços a esse objetivo. Não só com nossos colegas da Prefeitura, como do Estado e do Governo Federal, assim como muitas ONG's e Associações.

Por último, a Comissão, por meu intermédio, foi uma das contempladas com o Prêmio Nacional de Direitos Humanos de 2007, em solenidade realizada em Brasília.

Muitas lutas em nosso caminho. Espinhos? Ainda muitos, especialmente na situação geral de nosso País e da nossa própria cidade.

Mas a CMDH teve presença firme. Foi útil à sociedade ajudando, com grande dedicação, a introduzir a população noções de Direitos Humanos, para a construção de uma São Paulo melhor.

**JOSÉ GREGORI**

## 2007 - ANO DE CONSOLIDAÇÃO.

A CMDH pôde demonstrar inovações nas práticas democráticas, nas políticas públicas, trazendo para discussão a inclusão de temas relacionados com Direitos Humanos.

A transformação e inovação das práticas democráticas, através dos Direitos Humanos, podem ser representadas e concretizadas na maior parte das suas ações, não só junto a órgãos públicos mas, sobretudo, com o apoio da sociedade civil, na sua luta contra as iniquidades existentes em uma cidade como a nossa.

O esforço da CMDH de trabalhar em rede com outros órgãos públicos e da sociedade civil mostra o seu caráter de transformação social, civil e político. A prática dos Direitos Humanos se dá dentro da cidade, sendo o homem urbano seu principal foco.

Uma das grandes diretrizes do planejamento da CMDH foi construir uma ferramenta que possa promover a inclusão e serviços públicos dentro dos valores dos Direitos Humanos.

Implantar políticas pró-ativas capazes de prevenir conflitos e aprofundar a dimensão educadora da Declaração Universal dos Direitos Humanos faz parte do grande desafio de mudar o paradigma das ações que norteiam o desenvolvimento dos cidadãos e da nossa metrópole.

Assim, pensamos os Direitos Humanos em sua interdependência, inter-relação e na sua unicidade; não podemos deixar de vê-los intrinsecamente ligados à cidade.

Sendo o espaço urbano o grande palco da democracia e da transformação social, refletir sobre um novo chão, pensar transversalmente, sistemicamente na integração dos Direitos Humanos com a inclusão dos cidadãos comuns é a grande missão da CMDH.

Fala-se em construir uma cidade inclusiva e solidária para todos. Hoje, temos a “Urbs” da velha Grécia mas não nos preocupamos com a “Civitas”.

Preservar, investir nas relações humanas entre as pessoas, unir a Urbs com o Civitas é o grande desafio que a CMDH enfrenta, trabalhando incansavelmente com e pelos Direitos Humanos dentro da nossa São Paulo. Quando falamos em garantia e defesa dos Direitos Humanos, falamos do espaço onde moramos, vivemos e trabalhamos.

Que nosso trabalho a frente desta Comissão possa servir de inspiração e referência para outras cidades

Agradecemos a todos que compreenderam e apoiaram a CMDH em 2007.

Muito Obrigada,

**Célia Cristina M. B. Whitaker**  
Secretária Executiva

# Índice

<b>5.....</b>	Texto Paulo Bonfim
<b>6.....</b>	Organograma CMDH
<b>9.....</b>	Mensagem do Presidente
<b>10.....</b>	Mensagem da Secretária Executiva
<b>13.....</b>	1 – Introdução
<b>13.....</b>	2 – Balcão de Atendimentos
<b>13.....</b>	2.1. – Perfil dos atendimentos em 2007
<b>14.....</b>	3 – Promoção de Políticas Públicas de Direitos Humanos
<b>14.....</b>	3.1. – Planejamento Estratégico
<b>14.....</b>	3.2. – SIM – Direitos Humanos – Sistema Intraurbano de Monitoramento dos Direitos Humanos
<b>16.....</b>	3.3. – Curso de Direitos Humanos para a Guarda Civil Metropolitana
<b>16.....</b>	3.4. – Curso de Gestão e Pacificação
<b>16.....</b>	3.5. – Seminário Internacional de Indicadores de Direitos Humanos
<b>17.....</b>	3.6. – Conferência Municipal da Juventude
<b>17.....</b>	3.7. – Curso de Conselheiros em Direitos Humanos
<b>18.....</b>	3.8. – Penas e Medidas Alternativas
<b>18.....</b>	3.8.1. – Prestadores de Serviço
<b>18.....</b>	3.9. – Defensoria Pública
<b>18.....</b>	3.10. – PPCAAM – Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte
<b>19.....</b>	3.11. – Conselho de monitoramento de Políticas para a População em Situação de Rua
<b>19.....</b>	3.11.1. – Processo Eleitoral
<b>20.....</b>	3.12. – Comemoração do Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos
<b>20.....</b>	3.13. – Telecentro Temático em Direitos Humanos
<b>21.....</b>	3.14. – Saúde da População Negra e Outras Minorias Étnicas e Raciais
<b>21.....</b>	3.15. – Tráfico de Seres Humanos
<b>22.....</b>	3.16. – Projeto URB-AL
<b>22.....</b>	3.17. – Prêmio Municipal de Direitos Humanos – Festival de Curtas Metragens “ENTRETODOS”
<b>23.....</b>	3.17.1. – Premiação e Atrações da Mostra
<b>23.....</b>	3.17.2. – Prêmio Mochileiro
<b>24.....</b>	3.17.3. – Mostras Itinerantes
<b>24.....</b>	3.17.4. – Mostra Infantil – Outubro/2007
<b>25.....</b>	3.18. – Rede Cultura de Direitos Humanos
<b>26.....</b>	3.19. – Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
<b>26.....</b>	3.20. – Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos
<b>27.....</b>	3.21. – Rede Ação Pela Paz – Guia de Cultura de Paz
<b>27.....</b>	3.22. – Aldeia Jaraguá
<b>27.....</b>	3.23. – Programa Ação Família – Comissão Intersecretarial
<b>28.....</b>	3.24. – Refugiados e Migrantes
<b>29.....</b>	4 – Assessoria de Imprensa e Comunicação



# 1. INTRODUÇÃO

## Missão

Defender, proteger e promover os Direitos Humanos, bem como fomentar a inserção do tema nas políticas públicas do município.

Criada pela Lei 13.292, em seu artigo 238, publicada em 20 de dezembro de 2001. Foi instalada oficialmente em 11 de setembro de 2002.

Comissão Municipal de Direitos Humanos – CMDH é constituída por um Conselho, que é integrado por membros natos e membros eleitos, Presidente, Secretária Executiva, Secretário Adjunto, Núcleo Jurídico, Núcleo Psicossocial e Núcleo de Desenvolvimento de Projetos.

Como suporte técnico, a Comissão conta, ainda, com assistentes administrativos, auxiliar de gabinete e três motoristas.

Para a orientação e acompanhamento dos casos temos um Balcão de Atendimento ao Município. Reformulado pela atual gestão, este serviço visa abranger, além do simples encaminhamento da denúncia, o foco social ou político que a motivou. Não a consideramos um cartório de queixas ou amplificação de acusações, mas um instrumento de transformação da sociedade.

A CMDH trabalha em equipe, onde todos os temas são debatidos e executados em conjunto, tanto nas políticas públicas, como nos projetos e realização de eventos.

Durante o ano de 2007, trabalhamos para cumprir com o objetivo já previamente estabelecido para o ano 2007/2008, e, em consonância com o nosso planejamento estratégico.

Dessa forma, pudemos cumprir com as propostas apresentadas em 2006;

**1. Gestão da CMDH qualificada com ações consolidadas;**

**2. População mais ciente da noção de Direitos Humanos e de seus Direitos e Deveres;**

**3. CMDH com ação articulada a outros órgãos, entidades de Direitos Humanos, para enfrentamento das violações.**

# 2. BALCÃO DE ATENDIMENTOS

O Balcão de Atendimento tem conseguido aprimorar a relação com a população, incentivando o município a conhecer seus direitos e deveres, exercendo, dessa forma, sua cidadania.

O atendimento é feito em conjunto pelos núcleos jurídico e psicossocial, analisado de forma individual, sempre considerando os aspectos psicológicos, sociais e jurídicos, seguindo estratégia diferenciada de atuação para cada caso.

A CMDH mantém relação de diálogo com alguns órgãos, as Ouvidorias, Corregedorias das Polícias entre outros, para atuação conjunta nas questões relativas aos direitos humanos.

A missão da CMDH é promover, defender e prevenir conflitos relativos aos direitos humanos, o que se faz possível diante da parceria e colaboração das entidades parceiras.

## 2.1. Perfil dos atendimentos em 2007

No ano de 2007 foram atendidos mais de 637 (seiscentos e trinta e sete) novos casos. Esses casos relacionam-se com a promoção e defesa dos Direitos Humanos, mediante ações preventivas, corretivas e reparadoras, de acordo com o artigo 2º da Lei 13.292/02. Foram registrados alguns de denúncias de violações aos Direitos Humanos, dos quais constituíam denúncias de violações dos direitos civis e políticos, outros relativos a direitos econômicos, culturais, ambientais e sociais, entre os quais destacam-se casos envolvendo crianças e adolescentes em situação de risco, queixas contra o Sistema de Saúde, casos de discriminações (étnica, gênero, idade, etc.), queixas de moradores de rua e albergues, casos de violações em ocupações, desocupações de áreas invadidas e violações referentes à moradia e casos de denúncias de violações contra idosos, mulheres, imigrantes e refugiados. Foram atendidos casos de orientação jurídica, atendimentos psicossociais e também pessoas portadoras de transtorno mental.

Com o passar do tempo, o Balcão de Atendimento tornou-se um veículo com extraordinária possibilidade de oferecer ao município o conhecimento dos seus direitos e deveres, possibilitando-os um maior exercício da sua cidadania.

Em decorrência das suas atividades junto ao município, proporcionou à Comissão Municipal de Direitos Humanos a oportunidade de contribuir de maneira mais

efetiva nas Políticas Públicas do Município, bem como de estreitar o seu relacionamento com os outros órgãos ligados à sociedade civil e ao governo municipal, estadual e federal, fazendo com que as nossas ações conjuntas fossem ampliadas no atendimento das questões de Direitos Humanos.

O Balcão de Atendimentos tem como filosofia de trabalho que o munícipe seja atendido em conjunto pelos núcleos psicossocial e jurídico, e que o caso seja analisado de forma individual, sempre levando em consideração os aspectos psicológicos, sociais e jurídicos. Dessa maneira, podemos interagir de forma mais constante com todos os segmentos da sociedade.

No ano de 2008, o Balcão de Atendimentos deverá manter a filosofia adotada até a presente data e continuar colaborando no enriquecimento das Políticas Públicas do Município e no aumento de projetos a serem feitos em parcerias com os diversos órgãos do Governo Municipal e com os que são ligados à sociedade civil.

### **3. PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS.**

#### **3.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

Em 2007 a Comissão Municipal de Direitos Humanos colocou em execução o Planejamento Estratégico desenvolvido com apoio técnico do IBAM, num projeto direcionado a dois municípios brasileiros. A cidade de São Paulo, por ser um dos poucos locais que já conta com um órgão governamental voltado para os Direitos Humanos, foi um dos municípios escolhidos.

Para a Capital de São Paulo foi desenvolvido um trabalho de consultoria especializada na elaboração do Planejamento Estratégico da Comissão Municipal de Direitos Humanos para o biênio 2007/2008, o que levou a equipe da CMDH a definir os seus objetivos estratégicos, as ações a serem colocadas em prática e as metas a serem atingidas.

O resultado deste trabalho foi um Plano Diretor com três grandes Objetivos Estratégicos, divididos em 15 estratégias e 42 ações.

Os três Objetivos Estratégicos:

1. Gestão da Comissão Municipal de Direitos Humanos Qualificados e com ações consolidadas;
2. População mais ciente da noção de Direitos Humanos e de seus Direitos e Deveres;
3. Comissão Municipal de Direitos Humanos com

ações articuladas com outros órgãos para enfrentamento das violações dos Direitos Humanos.

A implementação do Planejamento Estratégico em 2007 foi um passo importante no desenvolvimento do processo e na busca do foco, na divisão de tarefas, de ações e principalmente no fortalecimento da equipe. O monitoramento contínuo a partir do Plano Diretor facilitou as relações, estabeleceu uma política interna de comunicação, sistematizou e aperfeiçoou os eixos filosóficos e teóricos a serem perseguidos.

Para 2008 a equipe fará a sua avaliação e ajustes necessários no Planejamento Estratégico, buscando atingir todas as metas estabelecidas para o biênio 2007/2008.

#### **3.2. SIM Direitos Humanos – Sistema Intraurbano de Monitoramento dos Direitos Humanos.**

No final de 2005, a CMDH lançou o SIM Direitos Humanos (Sistema Intraurbano de Monitoramento de Direitos Humanos). Trata-se de um sistema para avaliar o nível de respeito aos direitos humanos em cada subprefeitura da cidade de São Paulo.

O SIM Direitos Humanos está disponível para consulta na internet no portal da prefeitura ([http://www.prefeitura.sp.gov.br/sim\\_dh](http://www.prefeitura.sp.gov.br/sim_dh)) e conta com 32 indicadores divididos em cinco dimensões: sócio-econômica, violência, criança e adolescente, mulher e negro, que formam, em seu conjunto, um sistema para análise da garantia dos direitos humanos na cidade.

Na forma de mapas e tabelas o sistema apresenta uma visão global da cidade, classificando as 31 subprefeituras em cinco faixas de garantia dos direitos humanos. Há um mapa geral dos direitos humanos, mapas específicos das cinco dimensões dentre as quais estão divididos os indicadores e também um mapa referente a cada indicador.

A finalidade do SIM-DH é ser uma ferramenta de gestão territorializada por subprefeituras, o que garante uma análise “in loco” das dimensões apresentadas. Dessa forma permite-se que o gestor local tenha em suas possibilidades de análise dados quantitativos para o planejamento dos seus trabalhos.

Um dos objetivos do SIM-DH é a atualização permanente dos indicadores, permitindo assim a avaliação periódica das subprefeituras e seu desenvolvimento nos campos analisados. Em 2007 foi realizada a atualização do SIM-DH, com dados relativos aos anos de 2005 e 2006.

Será lançado em junho de 2008.

Um novo indicador na dimensão da Criança e Adolescente foi criado, elaborado a partir da demanda por matrícula em creches e do número de vagas oferecidas. A relação “candidato/vaga” expressa em que subprefeituras faltam mais vagas, sinalizando a região local em que se devem instalar novas unidades ou ampliar as já existentes. Analisando este indicador junto com o número da população local na faixa etária em questão, é possível analisar que nem sempre há demanda por vaga na região de moradia.

Mais uma novidade apresentada pelo SIM-DH em 2007 é o Quadro Comparativo, uma nova seção no site do Sistema, na qual se verificam lado a lado os números de cada subprefeitura nos três anos avaliados (2004, 2005 e 2006).

A comparação permitirá a criação de uma série histórica entre os momentos de cada subprefeitura. Essa forma de comparabilidade é inédita no Município de São Paulo e agrega mais um elemento importante a esta ferramenta de gestão.

## **QUADRO DE LEGISLAÇÃO**

### **(LEGISLAÇÃO APLICADA NA CONSTRUÇÃO DO SIM)**

Constituição Federal

Estatuto da Criança e do Adolescente

Plano Diretor Estratégico (Lei 13.430/2002)

Consolidação das Leis do Trabalho

Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001)

Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/1993)

Lei 9.394/1996

Decreto 6.302/2007  
(Programa Brasil Profissionalizado)

Lei 9.029/1995

Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)

Lei 7.716/89 (define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor)

Decreto 4.886/2003 (institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR)

Lei 10.558/2002 (Cria o Programa Diversidade na Universidade)

Decreto 4.228/2002 (Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas)

Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001)

Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS (Lei 11.124/2005)

Portaria do Ministério da Saúde 570/2000

### **MUNICIPAL**

Lei Municipal 13.369/2002

Decreto Municipal 42.565/2002

### **INTERNACIONAL**

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 1966

Declaração Referente aos fins e objetivos da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Convenção sobre os Direitos da Criança 1989

Pacto de San José, 1969

Protocolo de San Salvador, 1988

Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966)

Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Preconceito Contra as Mulheres (1979)

Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (1994)

Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação Racial (1965)

### **3.3. Curso de Direitos Humanos para a Guarda Civil Metropolitana**

A Legislação da Comissão Municipal de Direitos Humanos recomenda em seu artigo 4º, a inclusão de matéria relativa aos direitos humanos, nos currículos dos integrantes da Guarda Civil Metropolitana.

Assim, visando o atendimento desta atribuição, a CMDH vem desenvolvendo junto com o Centro de Formação, palestras sobre Direitos Humanos para os alunos matriculados no Estágio de Qualificação Profissional – Centro de Formação em Segurança Urbana.

Durante o ano de 2007 foram ministradas aulas, todas com fulcro na Declaração Universal dos Direitos Humanos, objetivando sempre levar para debate cada um dos seus artigos.

No ano de 2008 daremos continuidade às referidas aulas, sempre procurando o debate e a troca de idéias e não o simples exercício da cátedra.

### **3.4. Curso de Gestão e Pacificação de Conflito.**

O Protocolo de intenções com vistas a estabelecer parâmetros comuns de modo a desenvolver projetos e ações conjuntas visando à implementação da Mediação e demais formas alternativas de resolução de conflito no âmbito da Cidade de São Paulo, foi assinado no dia 29 de outubro de 2007 pela Comissão Municipal de Direitos Humanos.

Pelo presente instrumento, a Comissão Municipal de Direitos Humanos, de acordo com a cláusula primeira do Protocolo, concordou em oferecer recursos disponíveis para viabilizar a realização de ações voltadas para a construção da Cultura de Paz por meio de incentivo e de implementação de Serviços de Mediação e demais formas alternativas de resolução de conflitos.

Em 2007, foi realizado o Programa de Formação Continuada, para a formação e capacitação de mediadores de conflitos. A Comissão Municipal de Direitos Humanos doou para esse primeiro curso 100 livros para atender aos inscritos.

Em 2008, será realizado o Curso de Introdução e Mediação, com atividades práticas de mediação supervisionada, com casos reais.

A Comissão Municipal de Direitos Humanos respeitando os objetivos do Protocolo de Intenções reservou uma sala de atendimento para a realização da mediação; divulgará através do Balcão de Atendimento este serviço de mediação. Oferece 150 vagas no Curso de

Conselheiros em Direitos Humanos para os mediadores que realizaram a primeira etapa do curso.

### **3.5. Seminário Internacional de Indicadores de Direitos Humanos**

O Seminário Internacional de Indicadores de Direitos Humanos ocorreu nos dias 19, 20 e 21 de junho de 2007, organizado em parceria entre a CMDH (Comissão Municipal de Direitos Humanos), IBGE/ENCE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas), CNU (Conversando com as Nações Unidas) e Instituição Metágora.

Teve como objetivo aprofundar o debate sobre os indicadores de Direitos Humanos entre especialistas nacionais e estrangeiros, visando, principalmente o impacto do monitoramento em direitos humanos no desenvolvimento de políticas públicas.

O Seminário contou com mais de 170 participantes das mais diversas organizações, autoridades, debatedores e especialistas na área de diversos países, como África do Sul, Filipinas, Quênia, México, Equador, Peru, EUA, Índia, Suíça e Paraguai.

O Seminário contou com o seguinte Programa:

**Sessão I** – Indicadores de Direitos Humanos: porque? Como? Para quem? – Foi uma reflexão sobre a lógica, as diretrizes, a utilidade, as dimensões e os procedimentos metodológicos contemplados na mensuração de Direitos Humanos e sobre as especificidades e características dos Indicadores em Direitos Humanos.

**Sessão II** – Indicadores de Direitos Humanos - Experiência Nacionais e Internacionais: Foram apresentadas as diferentes experiências de procedimentos de mensuração de direitos humanos – as dimensões contempladas – as fontes de informação utilizadas - os conceitos adotados e a metodologia de sistematização dos resultados.

**Sessão III** – Indicadores de Direitos Humanos: Perspectiva dos Organismos Internacionais – Nesta sessão pudemos conhecer a perspectiva dos organismos internacionais sobre: a concepção e a metodologia de construção de indicadores de Direitos Humanos – sua importância para os Fóruns Internacionais de Direitos Humanos.

**Sessão IV** – Políticas Públicas e Indicadores de Direitos Humanos – Indicadores de diagnóstico e/ou monitoramento - Nesta sessão foi discutida as implicações metodológicas na construção de indicadores que sirvam

de subsídios à elaboração e monitoramento de políticas públicas.

**Sessão V** – Indicadores de Direitos Humanos – grupos populacionais e sujeitos de direitos – Discutiu-se a partir da indivisibilidade dos DHs – as diferentes categorias; os diferentes sujeitos de direitos; o papel das estatísticas públicas e os limites e o alcance da abordagem e dos levantamentos estatísticos.

Para o Presidente da CMDH, “A pesquisa reanima e revitaliza os direitos humanos, já que não foi um encontro só de acadêmicos, e, isso já seria muito, mas serviu como espaço de consenso para as pessoas de muitos países que lutam pelos Direitos Humanos (...) Quantificam os direitos humanos, mas desejam, também, a transformação do mundo em busca de paz e igualdade, destacou”.

A publicação está sendo finalizada com recursos da Fundação Ford, da Comissão Municipal de Direitos Humanos – CMDH e da Imprensa Oficial com apoio da ENCE/IBGE.

### 3.6. Conferência Municipal da Juventude

A partir do Decreto nº 49.045, de 13 de dezembro de 2007, passou a integrar a coordenação da 1ª Conferência Municipal da Juventude da Cidade de São Paulo que será realizada no dia 23 de fevereiro de 2008, juntamente com a Secretaria Municipal de Participação e Parceria, por meio da Coordenadoria da Juventude e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

A 1ª Conferência Municipal da Juventude desenvolverá seus trabalhos a partir do tema “SÃO PAULO – JUVENTUDE EM AÇÃO” e terá os seguintes grupos temáticos:

- I. Acesso à Cidade e Cultura
- II. Deficiências e Mobilidade Reduzida
- III. Direitos Humanos
- IV. Diversidade Sexual
- V. Educação
- VI. Esporte e Lazer
- VII. Família, Assistência Social e Violências
- VIII. Gênero
- IX. Meio Ambiente
- X. Relações Raciais e Étnicas
- XI. Saúde
- XII. Trabalho e Renda.

Deverá eleger um total de 204 (duzentos e quatro) delegados da sociedade civil e 99 delegados do Poder Público, para participar da Conferência Estadual da Juventude.

Para a Conferência Nacional da Juventude serão eleitos 1 (um) delegado e 1 (um) suplente, representantes da sociedade civil, o representante do poder público será o Coordenador Geral da Coordenadoria da Juventude da Secretaria Municipal de Participação e Parceria.

### 3.7. Curso de Conselheiros em Direitos Humanos



No dia 10 de dezembro de 2007, na comemoração do 59º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi lançado o Curso de “Conselheiros em Direitos Humanos”, à distância, via internet, disponibilizado 24 horas por dia, sete dias por semana, direcionado preferencialmente aos Servidores e Conselheiros Municipais da Cidade de São Paulo.

O lançamento foi realizado no Centro Cultural da Caixa Econômica Federal, na presença do Prefeito Municipal da Cidade de São Paulo, Gilberto Kassab, assinaram o Protocolo de Intenções com vistas a estabelecer ações conjuntas na implementação no curso, os Secretários (as): Marcia Regina Ungaretti da Gestão, Alexandre Alves Schneider da Educação, Ricardo Montoro da Participação e Parcerias, Antonio Floriano Pesaro da Assistência e Desenvolvimento Social, Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho do Verde e Meio Ambiente, Januário Montone da Saúde, Renato Correia Baena da Pessoa com

Deficiência e Mobilidade Reduzida, a Ouvidora Municipal Maria Inês Fornazaro, o Comandante da Guarda Municipal Cel. Rubens Casado e o Presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos José Gregori.

O objetivo do curso é capacitar três mil servidores e conselheiros municipais que tenham interesse no tema de Direitos Humanos, e em especial professores, integrantes da Guarda Civil Municipal, psicólogos, assistentes sociais, advogados, profissionais da saúde, Conselheiros Municipais e Servidores que dão atendimento ao munícipe de uma forma geral, para atuarem como protagonistas no Campo da Gestão dos Direitos Humanos.

O programa será dividido em quatro módulos a serem concluídos num período de quatro meses, perfazendo quarenta e cinco horas:

1. Fundamento e História dos Direitos Humanos;
2. Conceito de Direitos Humanos no Brasil;
3. Os Conselhos de Direitos Humanos e suas Especificidades;
4. Direitos Humanos no Município de São Paulo.

Como resultado, o curso possibilitará que cada aluno possa ter uma noção abrangente dos Direitos Humanos, conhecendo as diferentes áreas de proteção e promoção, tornando-os capazes de dar encaminhamento as demandas da sociedade local e até mesmo lidar com questões cotidianas do trabalho. Ao final todos os conselheiros farão parte de uma rede virtual de colaboração permanente que ficará instalada no Portal da Comissão Municipal de Direitos Humanos.

A Comissão Municipal de Direitos Humanos, com o apoio das demais secretarias, assumiu o desafio de realizar a maior formação da história dos Direitos Humanos na cidade de São Paulo em um único ano, contribuindo na construção de uma cidade mais justa e cidadã.

### **3.8. Penas e Medidas Alternativas**

A instalação, em outubro de 2006, da Central de Penas Alternativas da Mulher, em cooperação com o Departamento de Reintegração Social da Secretaria de Administração Penitenciária na Comissão Municipal de Direitos Humanos. Tem como prioridade amenizar a violência, diminuir a taxa de reincidência, assim como o cumprimento de medida no âmbito de um processo educativo e socializador.

É um processo descentralizador de política pública, onde a sociedade e a comunidade em acordo com o Poder Executivo e o Judiciário participam do processo, orientando e apoiando indivíduos em conflito com a lei.

Esta é a primeira experiência de ressocialização de infratoras, com recorte de gênero no território nacional que atingiu no final de 2007, o atendimento de mais de 900 prestadoras de serviços. A pena alternativa dá oportunidade de a pessoa manter o convívio social e desenvolver suas aptidões em favor da população.

#### **3.8.1. Prestadores de Serviços**

A Comissão Municipal de Direitos Humanos (CMDH) assinou convênio com o Núcleo de Reintegração Social da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP) no dia 8 de setembro de 2005, e passou a ser local de cumprimento de penas e medidas alternativas através da Lei 9.099/95, de crimes de baixo potencial ofensivo.

Os prestadores de penas e medidas alternativas prestam serviço gratuitamente na Prefeitura Municipal de São Paulo, na Comissão Municipal de Direitos Humanos, atendendo diversas necessidades de trabalho.

### **3.9. Defensoria Pública.**

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo foi criada através da Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – Lei Complementar nº. 988, de 9 de janeiro de 2006.

A Comissão Municipal de Direitos Humanos elaborou Minuta de Termo de Cooperação para formalizar parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a fim de que o Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria esteja articulada com demais órgãos para estruturar os atendimentos do Balcão de Atendimentos, no que tange à violação dos direitos humanos e propositura de ações.

Este Termo de Cooperação visa também à formação de grupos de estudos entre os dois órgãos, com objetivo de desenvolver projeto piloto, para implantar, na sede da Comissão Municipal de Direitos Humanos, um Núcleo de Justiça Restaurativa, além de outros assuntos pertinentes à promoção e defesa dos direitos humanos.

### **3.10. PPCAAM – Programa de Proteção a Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte**

Este programa é uma parceria tripartite entre a CMDH, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e Secretaria Especial

dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) para o estabelecimento do PPCAAM – Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte.

Seu objetivo principal é a preservação da vida de crianças e adolescentes ameaçados de morte, incluindo aqueles aos quais é atribuída a prática de atos infracionais, garantindo, na medida do possível, os vínculos familiares e afetivos, bem como a inserção social segura.

A partir de novembro de 2006 a cidade passou a contar com o primeiro programa especializado de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte, numa primeira fase de verificação concreta das realidades subjacentes à proteção desejada.

O Programa traz em sua gênese a idéia de inserção social através de proteção em local seguro e sigiloso, tendo na sociedade civil organizada e na rede social pública, a alternativa para a construção de uma estrutura básica e solidária de protetores, acompanhada da consolidação da rede de proteção à vida.

A primeira fase de implantação do programa foi tão positiva, que houve uma procura para o atendimento de crianças e adolescentes com risco de morte além de nossas expectativas, o que nos levou a ampliar o número de vagas em 60%, passando para 80 vagas.

Desde a sua criação, recebemos 394 solicitações de atendimento, sendo que 151 crianças/adolescentes ameaçados foram protegidos pelo programa com seus 75 familiares, perfazendo um total geral de 226) protegidos. A maioria do sexo masculino, pardo entre 12 e 17 anos de idade, ensino fundamental incompleto e ameaçado por envolvimento com o narcotráfico. A principal porta de entrada são os conselhos tutelares, seguidos do Poder Judiciário e sua referência familiar.

### **3.11. Conselho de Monitoramento de Políticas para a População em Situação de Rua**

O Conselho de Monitoramento de políticas para a população em situação de rua, foi criado por lei municipal em maio de 2003. Visa facilitar o acompanhamento da implementação da lei 12.316 de 1997, que obriga o poder público a atender esta população, assim como o acompanhamento da sociedade civil, do legislativo e de outras secretarias da execução destas políticas.

A Comissão Municipal de Direitos Humanos passou a integrar oficialmente o Conselho em 09 de agosto de 2006, com a alteração do Decreto que institui o Conselho de Monitoramento pelo Decreto nº 47.553, de 08 de agosto de 2006.

O ano de 2007 foi marcado pelo processo eleitoral, pois o mandato dos membros eleitos do Conselho finalizava em julho do mesmo ano.

A organização do processo eleitoral foi um procedimento novo na estrutura do Conselho e em decorrência desse fato e em vista às inúmeras denúncias nos procedimento de escolha dos candidatos no mandato anterior, a CMDH assumiu a organização do processo eleitoral.

#### **3.11.1. O Processo Eleitoral**

O Processo Eleitoral foi iniciado em março de 2007, com a preparação do Edital em conjunto com o Fórum da População de Rua e do Fórum das Organizações de Serviços de Atendimento.

A eleição para o Conselho de Monitoramento das Políticas de Direitos das Pessoas em Situação de Rua foi realizada em três etapas:

1ª Etapa – Processo de Mobilização e Divulgação das Eleições – com envio de cartazes de divulgação a serem colocados nos murais informativos.

2ª Etapa – Eleições dos Delegados: representantes dos serviços que atendem população em situação de rua – a eleição foi realizada por cada serviço.

3ª Etapa – Eleição dos Conselheiros Representantes dos Usuários dos Programas e Serviços de Atendimento, realizada em 30 de junho de 2007, pelos Delegados eleitos na segunda etapa do processo. Foram eleitos três Conselheiros Tutelares e seis Conselheiros Suplentes.

A posse dos novos conselheiros ocorreu no dia 30 de julho em cerimônia que contou com a participação do Presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos.

O segundo semestre de 2007 foi marcado por reuniões de instrução para os novos membros do Conselho de Monitoramento e de indicação para as vagas previstas no Decreto de Constituição.

No ano de 2008 a prioridade é a inclusão efetiva de empresas de responsabilidade social e a mobilização para a participação das outras secretarias nas reuniões ordinárias.

### 3.12. Comemoração da Declaração Universal dos Direitos Humanos



Conforme determina o Decreto nº 42.380, Regimento Interno da Comissão Municipal de Direitos Humanos, através do artigo 32, a CMDH deverá promover comemoração solene no dia 10 de dezembro, data do aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos foi comemorado com uma Mostra de fotografias “Um Olhar Fotográfico”, uma interpretação livre dos Direitos Humanos, através de um olhar fotográfico solidário e fraterno, uma manifestação mais do que apropriada para a comemoração dos 59º anos da Declaração dos Direitos Humanos.

A Mostra Fotográfica foi realizada no espaço Caixa Cultural Sé da Caixa Econômica Federal.

Fazendo parte das Comemorações do dia 10 de dezembro foi assinado o Protocolo de Intenção, para realização de atividades conjuntas com diversas Secretarias da Prefeitura, com a Ouvidoria Municipal e Organizações Não Governamentais e, que abaixo especificamos:

– Implantação do Bosque de Direitos Humanos – Um Tributo à Vida – no Parque Anhanguera, a ser feita em conjunto com a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente; Secretaria de Administração Penitenciária e a ONG Visão Mundial.

- Inauguração do Telecentro Temático em Direitos Humanos na sede da Comissão Municipal de Direitos Humanos.

- Curso de Conselheiros em Direitos Humanos, que pretende atingir, em especial, os Servidores Municipais.



O padre Marcelo Rossi, celebrou uma missa, onde a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi lida para um público aproximado de dez mil pessoas, pelo Dr. José Gregori, pelo Bispo de Santo Amaro, Dom Fernando Antonio Figueiredo e pelo Padre Marcelo Rossi.

### 3.13. Telecentro Temático em Direitos Humanos



O Programa de inclusão digital da cidade de São Paulo – Telecentros, foi criado para oferecer aos munícipes, acesso livre e gratuito à rede mundial de computadores, como eficientes instrumentos de capacitação profissional, onde são ministrados cursos e oficinas.

Nesta nova proposta de trabalho, além dos cursos já oferecidos pelos Telecentros: Introdução à informática, Planilha Eletrônica, Oficinas de Capacitação para inscrição no Mundo do Trabalho, Arte Digital, Educação Ambiental, Colagem, Criação de Sites e Digitação.

No Telecentro inaugurado na Comissão Municipal de Direitos Humanos, os cursos e oficinas, desde a digitação dos textos até ao aprendizado da navegação pela Internet, terão como foco principal assuntos voltados à temática dos Direitos Humanos, devendo as informações sempre passar pelas questões relacionadas àquele tema.

Os cursos estão direcionados a grupo bastante específico e de altíssima vulnerabilidade social como egressos do sistema penitenciário, cumpridores de penas e medidas alternativas, imigrantes, refugiados, moradores de rua, meninos em liberdade assistida entre outros.

### **3.14. Saúde da População Negra e Outras Minorias Étnicas e Raciais.**

A Coordenação de Desenvolvimento de Políticas Públicas da Saúde, a Coordenadoria do Negro e a Comissão Municipal de Direitos Humanos, no dia 10 e junho de 2006, participaram da comemoração da publicação da Portaria 907 – SMS, que constituiu no âmbito da Secretaria da Saúde, o Comitê Assessor de Política e Consensos Técnicos de Saúde da População Negra e outras minorias Étnicas e Raciais.

Em setembro de 2007 realizamos o 1º Encontro para Discussão da Política de Saúde da População Negra e outras minorias étnico-raciais, pontuando os diversos momentos e experiências na implementação de políticas públicas destinadas as minorias étnicas–raciais, bem como o compromisso da Comissão Municipal de Direitos Humanos na implementação do Comitê.

Neste encontro foram apresentadas as propostas formuladas pela área técnica de saúde da população negra, bem como o diagnóstico da situação e levantamento das prioridades no município de São Paulo.

No setor saúde a especificidade destas populações marcadas por algumas patologias que as cometem com maior frequência, revelam-se mais agudas nas diferenças e na exclusão, potencializando-as como questões de Direitos Humanos.

### **3.15. Tráfico de Seres Humanos.**

O Comitê Paulista de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos é uma instância colegiada, com a participação da Comissão, que reúne instituições públicas e privadas interessadas em contribuir, direta ou indiretamente, para a prevenção e enfrentamento do tráfico de seres humanos no Brasil, em especial, no Estado de São Paulo.

Em 2007, o Comitê Paulista realizou diversas reuniões, com o objetivo de discutir propostas e estratégias para enfrentamento da questão. Podemos destacar os diversos fóruns regionais realizados nos municípios paulistas, que contribuíram para a construção e discussão do Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos. Também foram realizadas oficinas nos Centros de Integração da Cidadania – CIC's com as lideranças comunitárias e juventude local.

A participação do Comitê na campanha de Prevenção nos Jogos Pan-Americanos realizada no Rio de Janeiro foi muito bem recebida e apoiada pela população local.

O Secretário Nacional de Justiça, Antonio Carlos Biscaia, reuniu-se com o Comitê Paulista, para discutir ações relacionadas ao tema, agendadas após vídeo-conferência com vinte outros comitês estaduais.

No segundo semestre realizamos o “IV Encontro Internacional sobre Direitos Humanos, Segurança Pública e Tráfico de Seres Humanos”, que contou com a presença de diversas autoridades na Mesa de Abertura, entre eles o Prefeito da Cidade de São Paulo Gilberto Kassab, o Secretário Nacional de Justiça Romeu Tuma Junior, o Secretário de Segurança Pública Ronaldo Augusto Bretãs Marzagão e o Secretário de Justiça e Defesa da Cidadania Luiz Antonio Guimarães Marrey. Vale registrar que contamos com 31 expositores, nove coordenadores, uma videoconferência com representante dos EUA, participação de seis países: França, Portugal, Espanha, Suíça, EUA e Canadá, quatro Comitês Estaduais, UNODC, INTERPOL, OIT e demais representantes da sociedade civil organizada.

Todo o encontro foi registrado por relatores e um documento será preparado para a publicação em 2008.

No ano de 2008, estaremos realizando programa de avaliação e adequação ao Planejamento Estratégico da Comissão Municipal de Direitos Humanos, com o objetivo de promover a consolidação do Plano Estadual

de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, o incremento de fóruns regionais, a implantação de Curso de Especialização, e, finalmente, a realização de uma pesquisa específica referente ao tema.

### 3.16. Projeto URB-AL

Desde março de 2006, o município de São Paulo foi contemplado com o projeto da URB-AL/Rede 10 B1 – 05 denominado “Cidades e Cidadãos/as pela Inclusão Social”.

O projeto tem como objetivo contribuir para uma melhor abordagem, por parte dos governos locais e da sociedade como um todo, dos fenômenos relacionados com a problemática da exclusão/inclusão tanto na União Européia quanto na América Latina.

A proposta é gerar informação mais completa e atualizada sobre este fenômeno e melhorar o acesso à cidadania, a fim de fortalecer os processos e modelos de participação cidadã e a descentralização em suas diversas expressões.

A CMDH apresentou uma proposta que objetiva dar continuidade ao trabalho realizado pelo SIM/DH. Promover uma análise aprofundada sobre as dificuldades de acesso a direitos que levam a exclusão social nas áreas de menor garantia de direitos humanos, de forma a contribuir para uma intervenção local que minimize tal situação de vulnerabilidade.

O projeto tem como objetivos específicos:

- a produção de um mapa georeferenciado com os equipamentos públicos e não governamentais,
- a divulgação e discussão desse mapa com os gestores públicos e sociedade civil,
- a realização de uma pesquisa junto à população de áreas de precária garantia de forma a identificar as principais razões que impedem e/ou dificultam o acesso ao direito.

Em dezembro de 2007 foi contratada a Assessoria de Pesquisa do Instituto Polis que foi vencedora do processo de licitação para a realização da pesquisa na subprefeitura de Capela do Socorro, diagnosticada pelo SIM/DH como subprefeitura de precária garantia.

A Assessoria de Pesquisa, ainda no final de 2007, elaborou um trabalho de pesquisa que delimitou o campo conceitual sobre os processos de inclusão/exclusão social e apresentou o roteiro de entrevista que será utilizado para o levantamento da percepção dos atores públicos. Esta forma de abordagem é considerada uma técnica qualitativa de entrevistas em semiprofundidade.

Foram propostas a realização e cinco entrevistas por subprefeitura, a saber o subprefeito ou chefe de gabinete, representantes das áreas de trabalho e assistência social, além dos coordenadores regionais de saúde e educação da região da Capela do Socorro.

### 3.17. Prêmio Municipal de Direitos Humanos - Festival de Curtas-Metragens “ENTRETODOS”

Para desempenhar com eficácia a sua missão que é a de defender, proteger e promover os Direitos Humanos das pessoas, bem como fomentar a inserção do tema nas políticas públicas do município, a Comissão Municipal de Direitos Humanos, instituiu o 1º Prêmio Municipal de Direitos Humanos por meio de um concurso de filmes e vídeos de curtas-metragens que compôs o Festival de Curtas Metragens em Direitos Humanos, denominado “EntreTodos”, cujo objetivo foi o de promover o debate entre ativistas de direitos humanos, professores, estudantes, servidores públicos e a comunidade em geral através do vídeo.

Foram recebidas através do site mais de 450 inscrições tendo sido efetivadas com a entrega dos filmes 380. Foram recebidos filmes em todos os blocos temáticos nas mais variadas formas de expressão, narrativas fictícias, denúncias, projetos, vídeo jornalismo, animações etc..

A Mostra Competitiva foi realizada no Centro Cultural São Paulo – CCSP na semana de 12 a 20 de maio de 2007. O CCSP foi escolhido para a realização do evento por ser um local de fácil acesso por transporte público, central e ser bastante freqüentado tanto por jovens da cidade como um todo, como pela população da vizinhança.

A Mostra foi realizada em 17 sessões e contou com um público de 1.120 pessoas. Em todas as sessões que a organização identificou realizadores inscritos no Festival, mesmo que não tendo seus filmes selecionados para exibição, estes foram convidados a falar sobre as suas produções e tiveram seus filmes exibidos. A intenção foi manter um ambiente de participação democrática e estimular os realizadores a expressar-se através da sua arte.

A cineasta Ana Carolina foi convidada pela CMDH a presidir o júri que era composto pelos seguintes membros: André Fisher, jornalista curador do festival MixBrasil; Beto Villares, músico; Daniel Zarvos, cineasta; Danilo dos Santos Miranda, diretor regional do SESC/SP; Eduardo Jorge, Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente; Eduardo Szazi, advogado; Lázaro Ramos, Ator; Marília

Gabriela, jornalista e atriz; Paulo Lima, editor da Revista Trip e da vereadora Soninha Francine.

### 3.17.1. Premiações e Atrações das Mostras

Foram premiados os seguintes curtas-metragens:

Melhor Filme – “Vida Maria” de Márcio Ramos;  
Melhor Roteiro – “Uma História Severina” de Débora Diniz e Eliane Brum;

Melhor Diretor Estreante – Márcio Schenatto de “Kilmayr”;

Prêmio Mochileiro do Júri – “Daqui Nós não Arreda Pé” de Jairo Teixeira Santos

Prêmio Mochileiro da Platéia – “A Vitória de Darley” de Renato Rossati

A abertura do Festival foi feita pela cantora Céu, que lotou a Sala Adoniram Barbosa do CCSP e anunciou a abertura da Mostra.

No encerramento o pianista Marcelo Bratke apresentou um programa com compositores brasileiros, Heitor Villa-Lobos e Ernesto Nazareth e a seguir foi feita a premiação dos curtas com a apresentação do presidente da CMDH, Dr. José Gregori.

A premiação contou com a presença do Prefeito da Cidade de São Paulo Sr. Gilberto Kassab, do vereador Ricardo Franco Montoro, do secretário Eduardo Jorge da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, do Diretor do CCSP, Sr. Martin Grossman entre outros representantes de órgãos públicos.

A Mostra Paralela realizada simultaneamente ao Festival recebeu os Vídeos - Artistas Alice Micelli e Luiz Duva. Ainda como parte da Mostra Paralela aconteceu a oficina de “Vídeo Improvisação” com Luiz Duva, que contou com uma participação expressiva de realizadores da Mostra de Curtas.

Foram realizados debates com Baixo Ribeiro, dono da Galeria Choque Cultural, especializada em arte de rua, com o filósofo Luis Fugante, fundador da Escola Nômade, com a cineasta Tata Amaral, diretora do “Antonia”, filme que trata do cotidiano de três jovens da periferia que têm o sonho de montar uma banda, e com participação dos realizadores presentes na Mostra.

A Mostra Itinerante, realizada em parceria com grupos de cinemas da periferia de São Paulo, como era pretendido, descentralizou o conteúdo do

ENTRETODOS e fez com que os grupos de projeções itinerantes levassem a mostra para bares, favelas, escolas, cineclubes e comunidades de bairro.

Os grupos, em sua maioria, formados por jovens voluntários, promoveram debates sobre os filmes ou ações mais didáticas falando sobre direitos humanos, e, que abaixo relacionamos: Cine Becos e NCA – Núcleo de Comunicação Alternativa, atua na Zona Sul; MUCCA – Mudança com Conhecimento Cinema e Arte, atua na Zona Sul; Sala Rincão promove sessões de cinema em um conjunto habitacional de Vila Maltide; Grupo Juventude Ativa e Sapocine realizaram na Zona Norte, na Favela do Sapo, uma ação conjunta; Escola Aldeia do Futuro, criadora do “Cinema, Pipoca e Guloseimas”, organizou em Americanópolis apresentações nas salas de aula: Cine Filó, organizou o Sarau do Binho, realizado em um bar da Zona Sul.

### 3.17.2. Prêmio Mochileiro

Não perdendo de vista um dos objetivos do Festival, o de montar um acervo de curtas-metragens selecionados que permita dar continuidade à promoção de debates temáticos em direitos humanos, a CMDH tem recebido diversos interessados em levar o ENTRETODOS para públicos específicos.

Dessa maneira, em 27 de junho aconteceu um debate em Brasília no Centro Universitário Unieuro que recebeu o realizador Renato Rosati, premiado com o troféu “Mochileiro”, para exibição dos filmes premiados pelo Festival e debate sobre Direitos Humanos. Participaram dos debates alunos dos cursos de arquitetura, comunicação e design do Unieuro e convidados da Academia de Polícia de Brasília.

O Mochileiro Renato Rossati, além de Brasília, esteve em São José dos Campos, onde em parceria com O SESC da cidade, promoveu a exibição dos filmes premiados na Mostra. Após a exibição houve um debate.

O Mochileiro Jairo Teixeira Santos participou de debates e exibiu os filmes vencedores no Sesc da cidade de Santos e na FESP – Faculdade de Sociologia e Política em São Paulo.

Na Faculdade Mauricio de Nassau, na cidade de Recife, foi realizada uma exibição especial, para apresentação dos filmes premiados no Festival “ENTRETODOS”.

### 3.17.3. Mostras Itinerantes

Após o Festival ENTRETODOS ocorreram várias projeções itinerantes em vários Bairros, Cidades e Estados do Brasil.

Entre 7 e 10 de dezembro de 2007 a mostra itinerante foi abrigada pela fundação cultural da Bahia como parte das comemorações pela semana dos Direitos Humanos na Biblioteca do Barris/Sala Walter Silveira. Os filmes apresentados foram os 35 selecionados pela curadoria do festival.

A ONG – AGENDE – Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento no dia 10/12/2007, exibiu três filmes que compõe a mostra itinerante: Vida Maria, Daqui Nós não Arreda Pé e Uma História Severina. No encerramento da campanha mundial 16 dias de Ativismo e dia Internacional dos Direitos Humanos. A sessão precedeu, palestras, oficinas, dinâmicas com mulheres de todos os bairros da cidade em especial as da periferia de São José dos Campos.

O evento realizado pelo Poder Judiciário “Práticas Inovadoras no Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei” realizado no dia 07/12/2007, exibiu três filmes que compõe a mostra itinerante: Vida Maria, Hip Hop com Dendê e Vida Nova com Favela.

Entre 27 e 29 de novembro a Mostra Itinerante foi abrigada pelo SESC São José dos Campos a sessão foi precedida de debate e foram exibidos os 35 filmes da seleção oficial da curadoria do festival

Entre 2 e 11 de outubro de 2007 a Mostra Itinerante foi abrigada pelo SESC Santos. A sessão foi precedida de um debate com Rinaldo Santos Teixeira, realizador do Curta-Metragem vencedor do melhor roteiro “Daqui Nós não Arreda Pé” e Victor Luis dos Santos realizador do curta “Maria Capacete” juntamente com os coordenadores das oficinas Quero/Sesc de cinema. Nesta itinerância, foram exibidos os 35 filmes da seleção oficial da curadoria do festival.

Entre 19 e 22 de Novembro aconteceu a 3ª Mostra de Curtas de Ourinhos – ocasião em que apresentamos a Mostra Itinerante em Direitos Humanos nos bairros de Ourinhos, com a exibição dos 35 filmes selecionados para o Festival “ENTRETODOS”.

Do dia 11 a 14 de outubro de 2007, houve o XXV – EPALI – Encontro Paulista de Líder – Neste evento, foi utilizado no encontro pelo ex-Coordenador da Juventude – Guilherme Aranha Coelho, o filme Kilmayr – vencedor do prêmio, diretor estreante no festival “ENTRETODOS”.

No dia 27 de outubro no Cineclubes Darci Ribeiro da

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, foi realizada a Mostra “ENTRETODOS” seguida de debate, com a participação de alguns dos produtores dos curtas-metragens.

Em 16 de agosto de 2007 a OAB de São Paulo realizou a 1ª Mostra do Cinema e Debates “Os Direitos Humanos” com os seguintes filmes: Fabricação Própria, Vida Nova com Favela e Uma História Severina. Após a exibição houve um debate com profissionais da área da saúde, habitação e gênero. Ao se inscrever, o interessado deveria levar uma lata de leite em pó que seria doada às instituições de caridade.

Atendendo a uma solicitação da OAB de Peruíbe, encaminhamos os seguintes filmes: Vida Nova com Favela, Uma História Severina e Fabricação Própria e a Desordem do Desejo. Esses filmes farão parte de uma Mostra de cinema organizada pela OAB de Peruíbe.

Em 27 de junho de 2007 aconteceu um debate em Brasília no Centro Universitário Unieuro, que recebeu o realizador Renato Rosati, premiado com o troféu “Mochileiro”, para exibição de filmes premiados pelo Festival e Debate sobre Direitos Humanos. Participaram dos debates alunos dos cursos de arquitetura, comunicação e design do Unieuro e convidados pela Polícia de Brasília.

### 3.17.4. Mostra Infantil - Outubro de 2007.

A Mostra Infantil de Direitos Humanos foi uma idéia gerada na organização do Festival de Curtas-Metragens de Direitos Humanos “Entretodos”, realizado em maio de 2007.

O objetivo da Mostra Infantil foi, durante todo o mês de Outubro em que se comemora o dia da criança, levar até as escolas municipais e núcleos sócio-educativos da Região Sé os Direitos Humanos através de uma linguagem simples e atrativa.

Entre outros objetivos da Mostra estavam:

- Modificar o paradigma de direitos humanos desde o início da formação escolar da criança,
- Sensibilizar os professores para a utilização dos vídeos para a discussão dos direitos humanos em sala de aula,
- Ampliar o conceito dos direitos humanos.

A Mostra Infantil foi realizada entre os dias 3 a 25 de outubro de 2007, sempre às 9:30 horas no Cine Olido e tinha como programação os curtas-metragens do Festival

de Curtas-Metragens de Direitos Humanos: Leonel Pé de Vento, Megaman, Vida Maria e Kylmair, Peju Katu e Negro e Argentino.

Na abertura da sessão era explicada a importância da Mostra e dos Direitos Humanos ali abordados por um membro da equipe da CMDH. Além da exibição dos curtas-metragens foram distribuídas pipocas durante as sessões. No encerramento era distribuída aos professores a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A Mostra Infantil foi divulgada pelos Guias Culturais de grandes jornais como Folha de São Paulo e Estado de São Paulo.

Compareceram no total 13 Escolas Municipais e Núcleo Sócio Educativo (Quadro). Entre elas recebemos a Escola Municipal Helen Keller que conta com alunos deficientes auditivos e cadeirantes. A presença deles foi bastante proveitosa, pois mostrou aos membros da equipe da CMDH para a necessidade de legendas nos filmes como uma forma de inclusão deste público.

A Mostra Infantil contou com a presença de mais de 1.400 alunos da rede pública, um saldo muito positivo para um evento deste porte.

### **3.18. Rede de Cultura em Direitos Humanos**

O grupo formado pela Comissão Municipal de Direitos Humanos pelo Núcleo de Desenvolvimento de Projetos e pelo Núcleo Social e alguns membros da Sociedade Civil como Vanderlucio Cardoso, Sim Dog Produções, Sirlene da CDHEP, além de assessores de Gabinete da Vereadora Soninha Francine, começou a discussão para a formação de uma Rede de Cultura em Direitos Humanos.

A idéia inicial de articular as duas temáticas começou no Festival de Curtas-Metragens de Direitos Humanos Entretodos no momento em que foram mobilizados grupos de jovens de algumas regiões de São Paulo que realizam trabalhos com o audiovisual. A idéia era que esses grupos passassem a articular em rede uma vez que faziam trabalhos similares em vários pontos da cidade.

A Comissão Municipal de Direitos Humanos se colocou à disposição para ser a mediadora dessa articulação.

A primeira reunião realizada no dia 28 de junho de 2007 foi convocada com a proposta de discutir cultura e direitos humanos de maneira sistemática, com o propósito

de juntos termos proposições de inserção desse tema no setor público e privado.

Na ocasião foram estabelecidas algumas propostas de linhas de ação para a rede: conquista de espaços públicos para cultura, continuidade dos incentivos públicos aos grupos e organizações culturais, mercantilização da cultura, formas de organizações reconhecidas pelo Estado para gerenciar os projetos culturais e aprendizado/construção de projetos para a participação em incentivos da iniciativa privada e/ou pública.

A necessidade de termos uma maior participação no trabalho da Rede Cultura em Direitos Humanos, foram convidadas pessoas com interesse na temática e foi criado o e-group chamado culturadh.

A página inicial do grupo é <http://br.groups.yahoo.com/group/culturaedh>. O e-mail do grupo é [culturaedh@yahoo.com/grupos.com.br](mailto:culturaedh@yahoo.com/grupos.com.br).

Em um segundo momento a partir da reflexão dos participantes do grupo, decidiu-se que seria melhor entender a formação da rede antes de iniciar o processo. Esta segunda reunião contou com a participação da Sra. Zefa, uma especialista em rede, que deu uma aula sobre o que era uma rede, como funcionam as redes e qual a sua importância.

Como o número de pessoas da reunião para a formação da rede foi diminuindo começou a se pensar em outras formas de articular a temática. A Comissão Municipal então reuniu-se com um representante da Ação Educativa, Luiz Barata, para que pudéssemos articular em conjunto uma forma de participação na rede já articulada por esta ONG. Como não conseguimos uma resposta imediata o grupo decidiu tomar outras ações paralelas.

A primeira delas foi a participação no II Seminário da Juventude e Políticas Públicas nos dias 26 e 27 de setembro de 2007 que buscava discutir e refletir sobre a cultura como um direito na perspectiva dos jovens além de se pensar formas de se fazer cultura.

A Comissão Municipal de Direitos Humanos participou do IIº Seminário da Juventude e Políticas Públicas com o objetivo de verificar e refletir sobre a necessidade de se constituir uma rede com a sociedade civil e com o Poder Público, dentro da temática Direitos Humanos e Cultura e de como discutir Políticas Públicas Culturais e o papel da Comissão.

A nossa participação naquele Seminário e as diversas reuniões com a própria rede nos levou à seguinte conclusão:

As redes existentes na sociedade civil já conseguem

uma articulação e participação efetiva e a criação de uma nova rede não seria a melhor forma de ação para a Comissão;

No ano de 2008, como forma de encaminhamento para a continuidade das ações da Rede Cultura e Direitos Humanos foram apresentadas as seguintes ações:

Estudar as leis de incentivo cultural existente e convidar especialistas na área para falar sobre essas leis;

Pesquisar os projetos de incentivo cultural da Secretaria Municipal de Cultura, e,

Conseguir apoio de transporte para a participação nas eventuais reuniões, oficinas e discussões na CMDH.

### **3.19. Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**

A Comissão Municipal de Direitos Humanos é membro da Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

A Lei Municipal nº 14.247, de 8 de dezembro de 2006, dispõe sobre o Programa Municipal de Conscientização e Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes e institui a Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

O prefeito Gilberto Kassab, Prefeito Municipal do Município de São Paulo, assinou em 17 de maio de 2007, o Decreto nº 48.358, regulamentando a Comissão de Enfrentamento, nomeando a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social como coordenadora da Comissão.

A Comissão de Enfrentamento ficou, assim, constituída:

As Secretarias Municipais:

- de Educação – SME,

- da Saúde – SMS,

- do Trabalho – SMTRAB,

- Especial de Participação e Parceria – SEPP.

Guarda Civil Metropolitana – CGM

Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool – COMUDA

Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares da Cidade de São Paulo, e,

Entre outros órgãos, dando conotação de trabalho

conjunto no plano do Poder Executivo e sociedade civil.

Os membros da Comissão de Enfrentamento foram nomeados pela Portaria nº 20/SMADS/GAB/07, de 24 de agosto de 2007, assinada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

A primeira tarefa da Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é elaborar um Plano Municipal no tocante à temática.

Este Plano está sendo finalizado para ser publicado no início de 2008 e a sua execução será acompanhada pela Comissão que continuará exercendo atividades quanto ao enfrentamento após o estabelecimento das metas e ações pelo Plano.

A Comissão Municipal de Direitos Humanos entende que os Direitos das Crianças e Adolescentes devem ser uma bandeira da sociedade e, no campo da Administração Pública, esta bandeira deve ser empunhada intersetorialmente, posto que todas as subprefeituras e diversas secretarias trabalham diariamente pela efetivação destes direitos.

O plano Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, ao ser elaborado pela sociedade civil em conjunto com órgãos públicos específicos, vem de encontro a esta intersetorialidade, e ao agir desta forma, promove a proteção integral das crianças e adolescentes, bem como fortalece o diálogo entre aqueles que atuam na prevenção, controle, proteção e defesa das crianças e adolescentes.

### **3.20. Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos**

A Comissão Municipal de Direitos Humanos participou em 2007 da articulação para criação do Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos, junto com a Faculdade de Educação-USP, Ministério Público Federal, CONDEPE, Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania de São Paulo, Comissão Justiça e Paz, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, entre outras entidades engajadas na temática.

Após algumas reuniões de formação, o Comitê foi instituído em sua 1ª Assembléia Geral, em 7 de dezembro de 2007, realizada no Auditório da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Em 2008 este Comitê deverá elaborar o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos, bem como intensificar as atividades relacionadas com a temática.

Trata-se de mais uma atividade intersetorial da qual a Comissão Municipal de Direitos Humanos, visando à efetivação dos Direitos Humanos em políticas públicas.

### **3.21. Rede Ação Pela Paz - Guia de Cultura de Paz**

A Rede Ação pela Paz, do antigo Comitê Desarma São Paulo, a qual reunia, pela primeira vez, entidades preocupadas com a violência na Cidade de São Paulo.

O objetivo era trocar experiências, informações e mobilizar a população para o desarmamento. Após o Referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo no País, o comitê continuou se reunindo e resolveu ampliar o seu foco de atenção, rumando para ações de promoção de Cultura e Paz. A partir deste foco o grupo formou a Rede Ação Pela Paz.

Desde o início dos trabalhos e reuniões da Rede em 2004, sentimos a necessidade de mapear em São Paulo todas as instituições que trabalham para a Promoção da Cultura da Paz.

O guia de Cultura de Paz em São Paulo pretende servir como um mecanismo de integração das entidades, divulgação dos trabalhos e troca de conhecimento entre os membros da Rede Ação Pela Paz e do público em geral.

A publicação visa orientar todo e qualquer cidadão que queria participar e entender este movimento possibilitando o diálogo entre esses atores.

O Guia contém dados de todas as instituições que se dispôs a divulgar seus trabalhos, histórico, missão e projetos.

### **3.22. Aldeia do Jaraguá**

Após o recebimento de queixa sobre a precariedade da situação dos índios do Jaraguá, em evento realizado em setembro de 2005, a Comissão Municipal de Direitos Humanos, em parceria com o movimento Agenda 21 conseguiu que o Sistema de Saneamento Básico para a Aldeia do Jaraguá fosse implantado pela SABESP.

No decorrer do ano de 2007, A SABESP acelerou os serviços, com o objetivo do Sistema de Saneamento Básico estar concluído até o 1º semestre de 2008.

No ano de 2007, foi concretizada a construção do muro que circunda toda a aldeia Jaraguá, antiga reivindicação dos índios, para que pudessem vir a ter maior segurança e terem a demarcação de suas terras bem definidas.

No ano de 2008, a prioridade é o assentamento dos

índios guaranis naquele local, para tanto estamos em contato com o Ministério Público Federal, FUNAI, DERSA, todos participantes do processo de assentamento que corre na Justiça Federal.

### **3.23. Programa Ação Família Comissão Intersecretarial**

O Programa Ação Família dirige-se prioritariamente à população mais vulnerável da cidade e considera que os investimentos públicos no campo da assistência social serão mais produtivos se focados e articulados, de modo a criarem uma sinergia que possibilite ampliar o acesso desta população à rede de serviços, visando ao rompimento do círculo vicioso da pobreza e vulnerabilidade social, substituindo-o por um círculo virtuoso que conduza a situações auto-sustentáveis. A unidade de ação é a família.

A meta de atendimento é de 30.000 famílias em nove subprefeituras: Campo Limpo, M'Boi Mirim, Parelheiros e Capela do Socorro (Zona Sul); Cidade Tiradentes, Guaianazes, e São Mateus (Zona Leste); Freguesia do Ó, Brasilândia (Zona Norte); e Butantã (Zona Oeste).

Neste sentido foi criada uma Comissão Intersecretarial, enfatizando a importância de estabelecer parcerias e uma articulação entre os serviços e programas das diferentes secretarias municipais.

A CMDH participa desta comissão intersecretarial, disponibilizando o balcão de atendimentos, a mediação e a interlocução da sociedade civil com órgãos governamentais, além de articular a promoção da intersectorialidade entre todas as secretarias.

As famílias são inseridas no programa por 12 meses, passando por três fases: vida em família, família na comunidade e vida de direitos e deveres. Elas terão prioridade na inclusão dos programas de renda dos três níveis do Governo (renda mínima, renda cidadão e bolsa família), no São Paulo é uma Escola (após-escola), nas unidades de saúde e na rede de serviços da Prefeitura.

Em 2007 a CMDH desenvolveu um projeto de sensibilização em Direitos Humanos, com o objetivo de informar e sensibilizar a população e os servidores municipais sobre o tema objeto da sensibilização.

Os técnicos e agentes de proteção social do Projeto Ação Família são os atores que colocam em prática e implementam políticas sociais calcadas nos Direitos Humanos na periferia do Município.

O projeto de Sensibilização em Direitos Humanos consistiu em encontros com os CRAF's, nas suas regiões de origem.

Na ocasião foi apresentado um vídeo sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, seguido de uma dinâmica, com o objetivo de aquilatar qual dos direitos humanos mais tocou os participantes e comentários de interesse comum aos moradores da região.

Em seguida foi feito um breve histórico dos Direitos Humanos na área federal, estadual e municipal e da constituição da Comissão Municipal de Direitos Humanos, ocasião em que todas as dúvidas iam sendo esclarecidas.

Ao final do encontro os participantes respondiam um questionário identificado, com questões fechadas e uma aberta, para uma avaliação do encontro e sugestões para melhoria do relacionamento entre os órgãos públicos e a sociedade civil.

As propostas e sugestões foram listadas por local do encontro, classificadas em cinco classes abrangentes de respostas, abaixo descritas:

- Sensibilizar a rede social; ONG's, comunidades e famílias sobre os direitos humanos;

- Sensibilizar secretarias e equipamentos de Saúde, Educação, Esportes e Assistência Social;

- Descentralizar o atendimento da CMDH, regionalizar ou disponibilizar atendimento também nos territórios, com periodicidade (quinzenal, mensal e bimestral);

- Possibilitar contatos sistemáticos e específicos da CMDH com os CRAF's para articulação em encaminhamentos, atendimentos, capacitação dos agentes e para discussão de temas específicos (idosos, violência, portadores de deficiência e outros);

- Possibilitar a participação da CMDH em eventos locais, ligados à cidadania na região e a temas em Direitos Humanos.

Quanto ao fortalecimento da parceria da SMADS com a CMDH, algumas ações foram propostas na direção de uma maior ajuda mútua, tais como:

- Encontro com agentes e técnicos da SAS Guaianases;

- Sensibilização de 41 famílias do Jardim Etelvina e aproximadamente o mesmo número na Capela do Socorro, com levantamento de demandas coletivas;

- Sensibilização sobre Direitos Humanos com aproximadamente 150 adolescentes, distribuídos em quatro núcleos sócio educativos, na região de Guaianases.

Em cada encontro foi entregue aos participantes um "Kit de Direitos Humanos", composto de folhetos institucionais e um CD com o relatório Anual (2006) da CMDH, o material do encontro, disquete sobre o SIM – Sistema de Monitoramento Intraurbano e de Serviços da Secretaria da Justiça.

### 3.24. Refugiados e Migrantes.

O Grupo de Trabalho de Refugiados e Imigrantes congrega as ONG's e entidades: Presença da América Latina, Centro de Apoio ao Migrante/Serviço Pastoral do Migrante e Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e conta com a colaboração de duas professoras de psicologia, da Universidade São Marcos e da PUC-SP.

O Grupo de Trabalho de Refugiados e Imigrantes tem como objetivo abordar o tema imigrações sob o prisma dos direitos humanos, nos aspectos de atendimento, organização de eventos de sensibilização e esclarecimento, articulação, e discussões e estudos.

Os trabalhos durante 2007 tiveram como principal foco a concretização da realização dos Anais do Seminário dos Migrantes e Refugiados (evento realizado no segundo semestre de 2006), com publicação prevista para o 1º Semestre de 2008.

Paralelamente, estão sendo fortalecidos vínculos com os serviços proporcionados por entidades e grupos públicos e privados, que buscam integrar o imigrante e promover sua inserção dentro da cidade de São Paulo, propiciar um apoio tanto jurídico como psicossocial àquele refugiado ou imigrante que, tendo em vista situações de solicitação de visto permanente ou refúgio, encontra-se numa situação especial de vulnerabilidade.

Ao mesmo tempo algumas propostas da CMDH estão sendo concretizadas, a Cáritas/Acnur realizou internamente um mapeamento de alguns serviços (parceiros institucionais federais, albergues e outros tipos de hospedagem, serviços de saúde e alimentação, assistência jurídica, entre outros) que atendem aos refugiados ou àqueles em fase de solicitação do refúgio.

A equipe da CMDH por sua vez também está realizando um mapeamento dos equipamentos municipais que atendem também o imigrante indocumentado, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social (albergues), bem como entidades da sociedade civil e órgãos do Poder Público onde essa população pode recorrer.

Dessa forma busca-se fortalecer uma rede de atendimento e de referência para essa população.

O Balcão de Atendimento da CMDH atendeu e obteve resultados concretos em um prazo curto.

Paralelamente são observadas e acompanhadas boas práticas em todo o mundo com relação ao tema, tendo em vista o caráter global dos processos migratórios, visando sempre a integração ou acolhida (de forma temporária ou permanente) de populações em situação de vulnerabilidade seguindo os princípios dos direitos humanos. A CMDH

pretende sistematizar esse acompanhamento de forma a gerar resultados práticos dentro do âmbito do Município de São Paulo.

Essa colaboração lança boas perspectivas para 2008, a necessidade de abordagem dos temas imigração e refúgio sob os mais diversos pontos de vista, em especial dos direitos humanos.

O grupo acompanha ainda a propositura do anteprojeto de Lei de Imigração, que até o momento não foi encaminhado ao Congresso.

A CMDH acompanhou ao longo do ano de 2007, as atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Participação e Parceria – Projeto Cibernarium “Integração dos Imigrantes na Cidade como forma de Combate à Pobreza”, que objetiva realizar uma pesquisa sobre a imigração na cidade de São Paulo, em parceria com a União Européia (projeto UrbAI – rede 10).

Da mesma forma acompanhou o Seminário Internacional, promovido pelo Instituto Polis, MIUrb/AL e Università Luav di Venezia, que abordou o tema e as problemáticas de forma plural e ampla.

Por se tratar de um tema complexo, regulado por legislações federais, verificam-se alguns pontos que ainda precisam avançar, em especial a definição da estratégia da CMDH quanto ao tema: trabalhar a integração do imigrante sob a ótica multicultural (modelo canadense) ou inserção (modelo norte-americano).

Especialmente quanto à questão dos imigrantes indocumentados podem ser apontados com base nas demandas pontuais de parceiros e ativistas: a questão da renovação do Acordo Migratório Brasil–Bolívia e das polêmicas relacionadas com trabalho análogo ao escravo (oficina de costura); visto temporário para questões ligadas a atividade profissional; aspectos ligados à articulação e retorno do Ministério da Justiça; abordagem do tema de forma pragmática no âmbito daquilo que pode ser concretizado no Município de São Paulo (políticas públicas); divisão efetiva das responsabilidades quanto às propostas da CMDH (mapeamento, acompanhamento de boas práticas, demandas concretas dos participantes do GT, entre outros); articulação, ampliação e manutenção do grupo de trabalho incluindo representantes com posicionamentos variados.

#### **4. ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO**

A Assessoria de Imprensa da Comissão Municipal de Direitos Humanos tem o objetivo de divulgar e promover as atividades do órgão junto aos veículos de comunicação e de

forma institucional junto a entidades e organismos que atuam em prol dos Direitos Humanos.

Busca sensibilizar os meios de comunicação para veicular as notícias e informações referentes aos direitos humanos, conscientizando a sociedade para a sociedade para a importância do tema e para mudar a percepção do tema pela população em geral. Simultaneamente têm sido formuladas e implementadas iniciativas no sentido de incrementar e fomentar a comunicação em rede.

Assim vem sendo divulgadas press-releases informativos sobre as realizações, eventos promovidos, parcerias e ações da CMDH, tais como o Festival de Curtas-Metragens em Direitos Humanos “ENTRETODOS”, o Seminário Internacional de Indicadores em Direitos Humanos, IV Encontro Internacional sobre os Direitos Humanos, Segurança Pública e Tráfico de Seres Humanos: repressão e responsabilização, entre outros, além de parcerias importantes tais como a Central de Penas Alternativas para Mulheres, o ato promovido pelo movimento “São Paulo pela Paz”, o Bosque dos Direitos Humanos, o lançamento do curso de Conselheiros em Direitos Humanos, entre outros.

##### **1) Selo DHNET – Prêmio obtido pelo Site da CMDH.**

Em novembro a Rede DHNet premiou-nos pela “performance de qualidade, conteúdo e apresentação visual desenvolvendo o tema Direitos Humanos e cidadania em língua portuguesa. A Rede DHNet ao conceder este prêmio tem procurado difundir sítios/sites que possam contribuir na discussão, divulgação e valorização de questões ligadas a Direitos Humanos no espaço da virtualidade.”

##### **2) Quadro resumo**

Mês	Entrevistas concedidas	Press Releases divulgados	Repercussão das ações (espaço na imprensa)
JANEIRO	6	4	20
FEVEREIRO	5	2	6
MARÇO	8	6	15
ABRIL	3	7	10
MAIO	10	11	42
JUNHO	3	2	12
JULHO	3	2	25
AGOSTO	-	1	4
SETEMBRO	2	4	8
OUTUBRO	3	2	14
NOVEMBRO	1	3	8
DEZEMBRO	8	6	35
TOTAL	52	50	199

### 3) Boletins divulgados:

- Nº 9 – 1 a 15/1/07
- Nº 10 – 16/1 a 2/2/07
- Nº 11 – 5 a 23/2/07
- Nº 12 – 1 a 12/3/07
- Nº 13 – 13 a 21/3/07
- Nº 14 – 22/3 a 13/4/07
- Nº 15 – 16 a 27/4/07
- Nº 16 – 1 a 23/5/07
- Nº 17 – 24/5 a 6/6/07
- Nº 18 – 11 a 27/6/07
- Nº 19 – 2 a 17/7/07
- Nº 20 – 8 a 31/8/07
- Nº 21 – 8 a 31/8/07
- Nº 22 – 19/9 a 11/10/07
- Nº 23 – 15 a 31/10/07
- Nº 24 – 1 a 8/11/07
- Nº 25 – 9 a 27/11/07
- Nº 26 – 28 a 13/12/07

### 4) Clippings internos elaborados

(diários/envio a cada dois dias) = 164

### 5) Newsletter

#### Informativo Mensal da CMDH

#### Janeiro e Fevereiro de 2007

EDITORIAL

CONHEÇA MAIS

Conheça o que é o “núcleo duro” dos direitos humanos

REGISTRO

Fórum de Metropolitano de Segurança Pública

NOTA

Campanha de cadastramento de armas

NOTA II

Coordenação do Comitê de Combate ao Tráfico de Seres Humanos passa a ser do presidente da CMDH

#### Março de 2007

EDITORIAL

CONHEÇA MAIS

Central de Penas Alternativas para Mulheres

ACONTECE

CMDH vai a Itaquera para Sensibilização para Direitos Humanos

NOTA

Edital de credenciamento de palestrantes, mediadores e oficinairos

NOTA II

Encerramento das inscrições do Festival Entre todos

NOTA III

Recadastramento de armas

#### Abril e Maio de 2007

EDITORIAL

ACONTECEU

Festival de Curtas-Metragens “Entretodos” teve seus vencedores anunciados no dia 20/5

VEM AÍ

Em junho será promovido o evento Seminário

Internacional de Avaliação e Monitoramento de Direitos Humanos

ACONTECE I

Encontro Nacional dos Programas de Proteção as Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte

ACONTECE II

Equipe da CMDH realiza trabalho de reflexão sobre Direitos Humanos junto ao programa Ação Família, da SMADS

NOTA

Sensibilização dos Educadores do PROJOVEM em Direitos Humanos, no Cieds, no mês de abril. A CMDH participou de sensibilização de educadores das regiões de Pirituba, Jaçanã e Brasilândia

NOTA II

Penas Alternativas

Encontro do presidente da CMDH com o titular da SAP (Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo) e solicitação de parceria junto aos CICs à SJDC (Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania)

NOTA III

Recadastramento de armas

NOTA IV

Plano regional Estratégico das Subprefeituras - CMDH encaminha dados do SIM-DH CONHEÇA MAIS

Continua aberta a convocação para credenciamento de palestrantes, mediadores e oficinairos pela CMDH

#### Junho e Julho de 2007

EDITORIAL

ACONTECE I

Seminário Internacional de Indicadores em Direitos Humanos reúne especialistas

ACONTECE II

Manifestação pela Paz ocorreu no domingo 1º/7, promovida pelo movimento “São Paulo pela Paz”, do qual fazem parte a CMDH e as ONGs Visão Mundial e Rio de Paz

## NOTA

CMDH implanta serviço telefônico gratuito de atendimento a violações de direitos humanos

## NOTA II

Eleição do Conselho de Monitoramento de População de Rua

## NOTA III

Continua aberta a convocação para credenciamento de palestrantes, mediadores e oficinairos pela CMDH.

## NOTA IV

Prêmio Mochileiro do Festival “Entretodos” visita Unieuro em Brasília

## NOTA V

Vem aí o VII Colóquio Internacional de Direitos Humanos promovido pela Conectas

## **Setembro de 2007**

### EDITORIAL

#### ACONTECE I

Seminário Internacional sobre Tráfico de Seres Humanos reúne especialistas de todo o mundo

#### ACONTECE II

Festival “Entretodos” prossegue com apresentações, mostras e especiais

### NOTA

CMDH promove Curso de Conselheiros em Direitos Humanos no formato a distância para servidores municipais e conselheiros. Em breve!

### NOTA II

Projeto de sensibilização sobre direitos humanos junto a agentes do Ação Família prossegue em agosto e setembro

### CURTA

Encontros de trabalho sobre Segurança Cidadã aconteceram na CMDH

### CONHEÇA MAIS

Missão e Finalidade da CMDH

## **Outubro de 2007**

### EDITORIAL

#### ACONTECE I

Mostra Infantil do “Entretodos” no Cine Olido divulga os direitos humanos para público mirim.

#### ACONTECE II

CMDH promove Curso de Conselheiros em Direitos Humanos no formato a distância para servidores municipais e conselheiros.

### NOTA I

Sociedade Civil e Poder Público assinam protocolo de intenções para implementar mediação de conflitos em São Paulo.

## NOTA II

Encontro de Penas e Medidas Alternativas do Estado de São Paulo

## CURTA

Sensibilização sobre Direitos Humanos, trabalho avança

## CURTA II

Reunião na CMDH começa a discutir sobre a Formação do Plano Nacional de Educação dos Direitos Humanos

## CAMPANHA

A CMDH apóia esta causa: site do Fórum da Cidadania Contra a Violência CONHEÇA MAIS I

Parcerias da CMDH – Promoção e Políticas Públicas - Programa Ação Família – Viver em Comunidade

## CONHEÇA MAIS II

Sobre uma pedagogia de ensino sobre direitos humanos

## **Artigos produzidos e publicados**

OS OBJETIVOS DO MILÊNIO E OS DIREITOS HUMANOS – Artigo José Gregori – Revista dos Tribunais (setembro/07)

Mudança da maioria penal não resolve o problema, mas braços cruzados também não - José Gregori – Site Comunidade Segura (fevereiro/07)

Tráfico de Seres Humanos: jovens são vítimas dentro do país - José Gregori – Site Comunidade Segura (outubro/07)



## Presidência

**José Gregori**

Presidente

**Célia Cristina Whitaker**

Secretária Executiva

**José Luis Bernegossi**

Secretário Adjunto Executivo

**Walter Forster Júnior**

Coordenador

**Ximena Isabel Leon Contrera**

Assessora de Imprensa

**Elza Maria da Silva**

Assistente Técnico

**Lucy Maria Bernardo**

Estagiário de Administração

**Maria Cecília Silva Leal**

Estagiária Relações Internacionais

**Juliana Barroso Bechara**

Estagiária Relações Internacionais

(Ex-funcionária da CMDH)

**Fernanda Sales de Mello**

Estagiária Relações Internacionais

(Ex-funcionária da CMDH)

## Desenvolvimento de Projetos

**Cinthy Andrade de Paiva Gonçalves**

Assessora Técnica

**Fernanda de Camargo David**

Estagiária de Comunicação

**Renata Cilene Martins**

Estagiária de Comunicação

## Núcleo Psicossocial

**Marieta Judith Geocze**

Psicóloga

**Juliana Porto de Mattos**

Estagiária de Psicologia

(Ex-funcionária da CMDH)

**Fernando Silva Moragas**

Estagiário de Psicologia

**Débora Villanova**

Estagiária de Psicologia

(Ex-funcionária da CMDH)

**Neide Fátima Lopes**

Assistente Social

(Ex-funcionária da CMDH)

**Andréia Regina R. de A. Santos**

Estagiária de Serviço Social

(Ex-funcionária da CMDH)

**Marlene da Silva Conceição**

Estagiária de Serviço Social

**Obedes Ramos Silva e Souza**

Estagiário de Serviço Social

## Núcleo Jurídico

**Sandra Batista Penteadó**

Assessora Jurídica

**Bethânia Suzano Rezende de Carvalho**

Assessora Jurídica

**Davidson Eduardo das Chagas**

Assessor Técnico

**Rodolfo Vietti da Fonseca**

Estagiária de Direito

(Ex-funcionária da CMDH)

## Núcleo Administrativo

**José Antônio Rodrigues Corton**

Assistente de Gestão de Políticas Públicas

**Tatiane Pereira**

Assistente de Gestão de Políticas Públicas

**Álvaro José do Nascimento**

Auxiliar de Gabinete

**José Nilson Dias Santana**

Motorista

**Roberto Barreto Lopes**

Motorista

**Wilson Celestino da Silva** (In Memoriam)

Motorista